

REPORTAGEM DE CAPA

# A SÚMULA HOFFMANN

AO PEDIR O DESMEMBRAMENTO  
DO PROCESSO DA SENADORA PETISTA,  
TEORI ZAVASCKI REDEFINE A LAVA JATO

por ANDRÉ BARROCAL

Se o ministro não é o juiz  
universal dos casos  
de corrupção...



20 CARTACAPITAL.COM.BR





# U

MA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL sobre a Operação Lava Jato promete uma guinada nas investigações e novos ventos nos rumos políticos e econômicos do País. Nem todas as descobertas terão de virar processos comandados por um magistrado único. Nada de concentrar tudo no ministro Teori Zavascki, do STF, em casos contra políticos, ou no juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, em ações que envolvam acusados sem foro privilegiado. A possibilidade de

separação abala a tese central da força-tarefa de procuradores e policiais federais. A de que todas as malfeitorias encontradas até agora integravam um mesmo esquema de corrupção, montado pelo governo federal em troca de apoio no Congresso.

A permissão do STF para a descentralização nasceu da análise de um caso específico, aquele pertinente à senadora petista Gleisi Hoffmann, ministra da Casa Civil no primeiro governo de Dilma Rousseff. No fim de agosto, Moro enviara a Zavascki material recolhido 12 dias antes em uma nova fase da Lava Jato, a Operação Pixuleco II. Os investigadores apreenderam no escritório de um advogado, Guilherme Gonçalves, documentos que indicavam despesas eleitorais da senadora pagas com dinheiro da Consist Software. Hoffmann disputou eleições em 2010 e 2014, e Gonçalves participava de sua campanha. O repasse da Consist é suspeito, pois a firma beneficiou-se

de um acordo firmado pelo Ministério do Planejamento em 2009, época em que a pasta tinha à frente o marido da senadora, Paulo Bernardo.

Após examinar o material, Zavascki entendeu que o caso não tinha relação com a Petrobras, foco original da Lava Jato e dos processos por ele relatados que atingem uma penca de detentores de foro privilegiado. O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, determinou então a redistribuição do processo para outro ministro. Por sorteio, o caso foi parar nas mãos de José Dias Toffoli. Para tal construção jurídica ser vista não como um acerto entre ministros, mas como uma posição institucional, o assunto foi a exame no plenário da Corte na quarta-feira 23. Por 8 votos a 2, a redistribuição

NELSON JR./STF, ANTONIO CRUZ/ABR E NELSON ALMEIDA/AFIP

O suposto caixa 2 da ex-ministra não está ligado ao escândalo da Petrobras, concluiu o Supremo

... Moro também não seria, segundo avaliam especialistas





## REPORTAGEM DE CAPA

foi avalizada. Assim, o inquérito da ex-ministra e atual senadora segue com Toffoli. Já o caso do ex-vereador petista Alexandre Romano, alvo de apuração no mesmo caso, sairá da Vara de Moro, em Curitiba, e irá à Justiça de São Paulo, onde mora o acusado. Está criado o precedente para novas redistribuições.

**E**ntre os derrotados na goleada de 8 a 2 estava Gilmar Mendes. Pela segunda semana seguida, o ministro adotou uma posição de forte viés político-partidário. No julgamento que proibiu as doações empresariais de campanha, descrevera a proposta como uma “conspirata” da Ordem dos Advogados do Brasil para favorecer “o projeto do PT de se perpetuar no poder”. Na sessão que deu novos contornos à Lava Jato, repetiu a toada prejulgadora antipetista. Segundo ele, a Lava Jato revela a existência de um “método de governar” e de uma mesma “organização criminosa”, com o uso de recursos públicos para financiar “a atividade político-partidária e campanhas eleitorais”, “manter uma base partidária fisiológica” e “comprar o apoio da imprensa e de movimentos sociais”. Por essa razão, segundo ele, não faria sentido separar os processos oriundos da Lava Jato. Tudo deveria ficar com um só juiz.

É a mesma visão de Moro e do Ministério Público. Na sentença em que condenou o ex-tesoureiro do PT João Vaccari a 15 anos de cadeia, na segunda-feira 21, o juiz escreveu haver “um conjunto de fatos conexos e um mesmo conjunto probatório que demanda apreciação por um único Juízo”. Enquanto o STF julgava o destino do caso Hoffmann, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, argumentava que a investigação sobre a senadora “não se dirige a delações ou empresas, mas a uma organização criminosa que tem vários ramos, opera com diversos atores e frentes”.

Advogados de defesa já se movimentam para tirar processos do Paraná



### A FORÇA-TAREFA TEME QUE A LAVA JATO TENHA O MESMO DESTINO DE OUTRAS OPERAÇÕES BLOQUEADAS

Entre os procuradores, ninguém foi mais explícito do que um dos integrantes da força-tarefa. Em entrevista coletiva na segunda-feira 21, dia de uma nova batida policial, Carlos Fernando dos Santos Lima teorizou que os malfeitos na Petrobras e na Eletrobras, outra estatal na mira, repetem o “mensalão” enquanto “esquema de compra de apoio político para o governo federal através de corrupção”. Mais: “Não tenho dúvida nenhuma de que todos ligados à Casa Civil do governo Lula, tudo foi originado dentro da Casa Civil” então chefiada pelo petista José Dirceu.



Para Lewandowski, o STF afastou o risco de nulidade da operação



Mendes voltou  
a exercitar seu  
partidarismo



RICARDO BOTEELHO/BRAZIL PHOTO PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO, NELSON JR./ISTF

Nos bastidores, a força-tarefa explica suas preocupações. Segundo um dos investigadores, se a Lava Jato sair do controle de Moro, com futuras operações de campo, prisões e quebras de sigilo dependentes de autorização de outros juízes, vai ficar mais difícil obter resultados. Essa fonte diz que a operação só tomou as proporções atuais por uma simbiose entre policiais, procuradores e Moro. Sem uma das três engrenagens, o sistema rui. Além disso, só Moro teria o domínio completo dos personagens investigados e de suas histórias.

Teme-se agora a repetição do fim melancólico da Operação Farol da Colina, uma das maiores ações contra lavagem de dinheiro da história brasileira. A operação foi realizada pela Polícia Federal em 2004, como desdobramento do escândalo do Banestado, extinto banco paranaense que serviu de duto

para uma bilionária evasão de divisas. A investigação do Banestado concentrava-se no Paraná, assim como a Lava Jato. Terminou com 97 condenações. Quando a Farol da Colina foi a campo, a ideia era expandir a ação para outros doleiros e beneficiados. À época, as investigações foram repartidas entre vários juízes. “Só no primeiro dia da operação 50 suspeitos foram presos, mas apenas dois acabaram condenados. É o que pode acontecer hoje”, afirma um integrante da força-tarefa.

**U**ma curiosidade sobre o Banestado. Lima, o procurador que vê risco de “fim da Lava Jato tal qual a conhecemos”, participou do caso. Como procurador no Paraná em 1998, ele recebeu um dossiê com informações sobre as remessas ilegais para o exterior. Naquele momento, tomou o depoimento de um ex-funcionário da área cambial do banco estatal paranaense. Manteve, porém, o conteúdo guardado até 2003, quando uma CPI no Congresso fingiu mexer no vespertino. Sua esposa, Vera Lúcia dos Santos Lima, trabalhava na agência do Banestado de Foz do Iguaçu, o epicentro do duto de dinheiro sujo.

Para tentar evitar que a distribuição de processos para juízes diversos cause algum tipo de retardo às apurações, alguns procuradores da força-tarefa toparam deslocar-se do Paraná para outros estados. No julgamento em que o STF decidiu que nem todos os processos precisam ficar com Moro ou Zavascki, houve ministro preocupado em desfazer os temores dos investigadores. Foi o caso de Dias Toffoli, chefe da área jurídica do Palácio do Planalto no governo Lula. “Não há que se dizer que só há um juiz que tenha idoneidade para fazer uma investigação ou para seu julgamento. Só há um juízo no Brasil?” O presidente do STF foi além. Para Lewandowski, a decisão teve caráter profilático. “A Corte

está afastando eventuais alegações de nulidade no futuro.”

Combater a corrupção exige mesmo redobrar os cuidados para não deixar brechas a contestações. Famoso por ter mandado prender o ditador chileno Augusto Pinochet, o juiz aposentado espanhol Baltasar Garzón passou pelo Brasil há algumas semanas. Em entrevista ao site Jota, especializado em assuntos jurídicos, deu um conselho a Moro. Quando se trata de investigar certos crimes, disse, sempre se esbarra nos poderes econômico e político. “Portanto, com as armas apenas da lei, ele tem de ter a consistência suficiente para que não derrubem essa investigação”, afirmou. “O mais fundamental é a necessidade de cumprir as normas. Acontece que as normas têm uma escala. Digamos que de 1 a 100. Aplicar a norma de 1 a 100 é o que se deve fazer. Chegar ao 101, não!”

Alguns advogados com clientes processados por Moro, e outros na posição de observadores curiosos do caso, criticam procedimentos “questionáveis” adotados pelo juiz. O intenso uso da delação premiada como peça-chave das apurações é um deles. Vários investigados ficaram presos em caráter provisório até toparem abrir o bico. “A delação premiada é uma medida que cheira muito mal. Resulta oportunisticamente da prisão e não tem pressupostos éticos, pois premia o bandido”, diz o advogado Paulo Sérgio Leite Fernandes, decano dos criminalistas em São Paulo.

**A** própria concentração na Vara de Moro de todos os casos apurados na Lava Jato era motivo de contestação. Uma das novas frentes de apuração atinge o setor elétrico federal. O almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletro nuclear, está preso desde julho sob a suspeita de ter recebido propina de 4,5 milhões de reais por parte







de construtoras da Usina Angra 3, entre elas a OAS e a Camargo Corrêa. No início de setembro, Moro aceitou uma denúncia do Ministério Público contra 14 envolvidos. Diante da permissão do STF para fatiar os processos, caberiam, segundo um advogado de defesa de um dos citados, medidas legais para tirar de Curitiba o caso de seu cliente. A Usina Angra 3 fica no Rio de Janeiro, não no



Para Lima, um esquema comandado por Dirceu atuava em todas as frentes

Paraná, e o doleiro Alberto Youssef não está envolvido no esquema.

As empreiteiras corruptoras, comenta esse advogado, são os inimigos reais de Moro. O destaque dado aos personagens políticos por procuradores e policiais seria conveniente ao juiz. Ter o apoio da mídia seria a única forma de punir empresas poderosas. Se estas tiverem seu destino decidido por um magistrado menos implacável, talvez normalizem seus negócios mais depressa, com consequências, inclusive, na economia. “A força-tarefa e o juiz Moro queriam reproduzir no Brasil a Operação Mãos Limpas, mas não têm competência legal para isso. Agora isso acabou”, diz o deputado petista Paulo Teixeira, advogado e um dos vice-líderes do governo na Câmara.

Não se trata apenas de competência legal. Não há a mais pálida possibilidade de comparar a Itália e sua Justiça ao Brasil do juiz Moro e da nossa PF e nosso MP. Além disso, convém lembrar que

HEULER ANDREY/AFR. RODOLFO BUHRER/LA IMAGEM/FOTOARENA. ABB. DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO, LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS E JOSÉ CRUZ/ABR

## FORA DO STF, A OPERAÇÃO SEGUE A TODO VAPOR

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ganhou mais um motivo para se preocupar com o avanço das investigações da Lava Jato. Não bastassem as notícias de que o lobista Fernando Baiano tenha delatado expoentes da sigla, um ex-gerente da Petrobras afirmou que a palavra final para a indicação de Jorge Luiz Zelada na diretoria Internacional da estatal coube a Cunha. Zelada está preso desde o início de julho e responde a processo por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, foi diretor entre 2008 e 2012.

A força-tarefa encontrou uma conta no Principado de Mônaco pertencente a Zelada com 12 milhões de euros. Quem afirmou que Cunha chancelou a indicação do ex-

-diretor da estatal ao posto foi o ex-gerente da área Eduardo Vaz da Costa Musa. Segundo ele, em uma conversa com o lobista João Augusto Henriques, mencionou-se o fato de o PMDB mineiro ter interesse na indicação, só concretizada após o aval do presidente da Câmara.

Cunha foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República por supostamente ter recebido 5 milhões de dólares do lobista Júlio Camargo por conta de propinas decorrentes do contrato de um navio-sonda com a estatal. O deputado nega as acusações. O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, estendeu o prazo para o deputado apresentar sua defesa. Mas os problemas de Cunha tendem a se avolumar. O ex-sócio de Alberto Yous-

sef, Leonardo Meirelles, esteve recentemente na China para recolher provas de transferências de dinheiro que incriminam parlamentares. Durante depoimento à CPI da Petrobras, Meirelles afirmou que entregou documentos à PGR relacionados a Cunha.

As provas fazem parte de um acordo de colaboração que Meirelles negocia com a força-tarefa. Novamente acuado, Cunha recorreu à estratégia do contra-ataque. O presidente da Câmara voltou a dar tratos à análise do *impeachment* de Dilma Rousseff. Há um acordo com a oposição. Cunha rejeitaria o pedido, mas partidos a favor da cassação recorreriam ao plenário. Bastariam os votos de uma maioria simples para obrigar a análise do pedido por uma comissão do Congresso. Enquanto Cunha



a Mãos Limpas não conseguiu incriminar um único e escasso integrante do Partido Comunista.

**A** decisão do STF promete influenciar também o humor político em Brasília. Talvez seja um “ponto de virada”, na visão de outro vice-líder do governo na Câmara. Para esse deputado, muitos petistas encolheram-se na defesa de Dilma Rousseff em virtude da difusão da tese, pelos investigadores da Lava Jato, de que as falcatruas fazem parte de um esquema de compra de apoio político idealizado por Dirceu na gestão Lula. Caso essa tese perca força, é possível que alguns petistas se animem a sair da toca.

Os últimos dias, aliás, reservaram outras boas notícias para Dilma no âmbito



A investigação do almirante Othon tende a sair das mãos de Moro

## A CONCENTRAÇÃO DE TODOS OS PROCESSOS EM CURITIBA ERA CONSTESTADA

da Lava Jato. Enquanto tramava o *impeachment* com a oposição, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB, viu o cerco apertar. No STF, o relator Zavascki marcou o prazo final para o deputado apresentar sua defesa. Cunha tem 30 dias. Na CPI da Petrobras, um ex-sócio de Youssef, Leonardo Meirelles, afirmou ter entregue à Procuradoria-Geral da República provas de transferência ao parlamentar de dinheiro de “propina”. Perante Moro, um novo delator, Eduardo Musa, ex-gerente da Área Internacional da Petrobras, apontou o deputado como o responsável pela “palavra final” nas nomeações a cargos no seu antigo setor.

Se Cunha quer disparar a contagem regressiva para o mandato de Dilma, talvez veja o cronômetro de seu próprio mandato zerar primeiro. •

1.



ganhou tempo no STF, o juiz Sergio Moro anunciou uma nova leva de condenações.

O ex-deputado petista André Vargas foi sentenciado a 14 anos e 4 meses de prisão por receber propinas de contratos de publicidade da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Saúde. Segundo a acusação, Vargas recebeu por meio de uma empresa de fachada ao menos 3,1 milhões de reais de produtoras encarregadas de prestar serviços

2.



de propaganda aos órgãos federais. Entre as empresas que pagaram o ex-parlamentar, segundo a acusação, está a Borghi Lowe e a FCB Brasil. As duas empresas, conforme adiantou *CartaCapital* em seu site, negociam um acordo de leniência com o Ministério Público Federal, no qual se comprometem a devolver 50 milhões de reais.

Outros condenados foram o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e o

3.



**1. Vaccari, ex-tesoureiro do PT, foi condenado a 15 anos 2. Cunha volta aos holofotes 3. Vargas, ex-deputado, pegou 14 anos e 4 meses por receber ao menos 3 milhões de reais em propinas**

ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Duque pegou uma pena de 20 anos e 8 meses de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Segundo a investigação, ele representaria o partido no es-

quema de propinas envolvendo o cartel de empreiteiras na estatal. Moro afirma na sentença que Duque recebeu 36 milhões de reais. De acordo com as investigações, ele foi indicado pelo ex-ministro José Dirceu, que segue preso no Paraná.

Vaccari pegou 15 anos e 4 meses de prisão. O ex-tesoureiro do PT, apontam os investigadores, era o encarregado de cobrar propinas de empreiteiras envolvidas no esquema. Parte desses pagamentos entrou no caixa da legenda por meio de doações oficiais ou entregues em espécie. Vaccari cumpre pena desde abril no Complexo Médico Penal de Pinhais. Duque foi detido em abril e também negocia uma delação premiada com a força-tarefa.